

*A fascização em andamento e a guerrilha da escritura*  
*THE IN PROGRESS FASCINATION AND THE SCRIPTURE GUERRILLA*  
*Plínio W. Prado Jr\**

---

\* Université de Paris .

## 1

Nós sabemos que o neoliberalismo global, com sua política cultural midiática, é uma máquina de *desorientação* do modo de pensar. Essa desorientação é inseparável do que está acontecendo neste momento, por toda parte: uma obscura e ao mesmo tempo evidente *desestabilização* acelerada do mundo.

Nós procuramos aqui um fio para nos guiar no labirinto dessas desorientações contemporâneas. Um fio que nos permita nos orientar, manter uma *linha geral*.

Se há um sentimento que é suscitado pelo nosso destino atual, neste final da segunda década do século XXI, é justamente o sentimento da *catástrofe em permanência*. Hoje está claro que a ordem neoliberal global significa o fim da democracia liberal, mas não apenas. Ela autoriza também e exige mesmo, manifestamente, uma nova forma, funcional, de fascismo (que distinguiremos cuidadosamente do fascismo histórico).

Verifica-se assim a tese brechtiana, defendida desde os meados da década de 1930: a democracia não é o oposto do fascismo, ela pode ser inclusive a via real que leva ao fascismo.

(Baudelaire já havia verificado isso um século antes, a propósito de um outro caso: o do plebiscito democrático francês que legitimou o golpe de Estado de 1851.)

Vê-se isso claramente agora, com as comunidades humanas carregadas, uma após a outra, na onda desta década levando os grandes Estados a uma nova forma de fascismo, inclusive no dito Primeiro Mundo.

Em outubro passado, foi a vez do Brasil sucumbir. Queda dificilmente acreditável até um mês antes, até mesmo para os analistas mais experientes. Tempos absolutamente incertos. Como se no mundo desestabilizado da desorientação programada, tudo se tornasse efetivamente possível. Inclusive a *realização* de um cenário distópico.

A fascização em curso, no processo de globalização, atesta que a barbárie no cimo da civilização (tecnocientífica neoliberal) é de fato uma possibilidade histórica. Chamamos *barbárie* o estado de uma humanidade que tem por objetivo supremo (entretido por uma oligarquia global) a realização ilimitada de mais-valias, do lucro, mesmo se para tanto é necessário devastar as subjetividades, massacrar as populações e pôr o meio ambiente e o planeta em grave perigo.

(Vejam as notícias do dia: elas só falam sobre isso. São boletins contínuos da catástrofe em permanência. Mas divulgados, é claro, como

espetáculos, com a nota: nós estamos nos ocupando de tudo, não há problema, estamos gerindo a situação, ela será corrigida. A reportagem diária da catástrofe em permanência faz parte da catástrofe.)

E para ser justo com esse *resto mudo* da política que é o sofrimento das pessoas — evidencia sempre já esquecida —, convém ressaltar que a catástrofe é paga sem interrupção, e a preço altíssimo, aqui e agora: paga em sofrimento e em mortes por bilhões de vidas e destinos humanos: desemprego, escravidão, exploração, fome, emigração, exílio, repressão, internamento...

Benjamin referia o sentimento de catástrofe permanente ao *spleen* baudelairiano. O *spleen* é a melancolia incurável deixada na alma moderna por tudo que desaparece: natureza, Deus, ideais, homem. A história e a política também são varridas pela onda niilista da modernidade. “Não há mais ideias gerais”, escrevia Baudelaire para Ancelle em março de 1852 (“Entre todas as pessoas que eu conheço, escreverá ele mais tarde, há apenas tolice e paixão individuais”).

Como se sabe, esse estado de espírito ou de alma decorre do choque de ver os Franceses plebiscitarem o golpe de Estado de Napoleão III. Daí a afirmação, que pôde parecer escandalosa: “O dia 2 de dezembro me *despoliticou*<sup>1</sup> fisicamente.” Decepção e aversão física em relação à dita

---

<sup>1</sup> Baudelaire não utiliza o termo francês habitual “*dépolitisé*” (me despoliticizou), mas recorre a um neologismo inventado pelo desenhista Gavarni: *dépolitiqué*.

soberania popular — ele que tinha acreditado por um tempo no sufrágio universal e em seu aperfeiçoamento.

Essa repulsa é constitutiva da subjetividade *spleenética*, aquela que “nunca é enganada” (como Baudelaire gostava de dizer). Ela foi definida em uma fórmula famosa de Gavarni, relatada pelos irmãos Goncourt: “O que se chama de espírito público, é a estupidez de cada um multiplicada pela estupidez de todo o mundo.”

Seria um erro reduzir esta definição a uma mera piada. Na verdade, ela indica a qual desastre pode levar o sufrágio universal quando ele não é acompanhado de uma formação da opinião e da vontade capazes de acabar com a estupidez.

Kant tinha mostrado que se o espaço público, a *Öffentlichkeit*, é suficiente para garantir a promessa de emancipação da humanidade, é somente à condição de tornar possível o uso livre e público da razão. A partir do momento em que as mídias colonizam de lado a lado o espaço público, se dedicando a moldar a opinião e guiar o desejo, elas destroem as próprias bases da promessa política que o projeto moderno trazia. Na ausência dessa “instrução pública”, como diria Condorcet, a democracia corre o risco de levar efetivamente à tirania.

A fórmula de Gavarni, entendida hoje à luz da desorientação atual e das imensas possibilidades de manipulação que a tecnologia das chamadas redes sociais oferece doravante à política cultural do neoliberalismo, encontra aí a sua confirmação: as “redes” agravam gravemente a estupidez e maximizam a sua multiplicação. Elas realizam assim a inversão do sentido do sufrágio universal. Este constitui doravante uma via aberta à “ditadura dos imbecis”. Tudo está pronto então para o advento do “fascismo democrático” (como mostram de maneira exemplar as eleições de Trump e de Bolsonaro).

Nós temos o direito então de formular a seguinte analogia: assim como as mídias “clássicas”, rádio e cinema, tornaram possível o “nacional-estetismo” do IIIº Reich no século XX (Ph. Lacoue-Labarthe), a nova figura do “fascismo democrático” deste século não teria sido possível sem a tecnologia das “redes sociais”.

Para aquele que não se deixa enganar, resta então, na época do declínio das “ideias gerais”, a hipótese de uma *política negativa*, como se diz teologia negativa (J.-C. Milner).

Eu diria: a política como persistência melancólica de uma fidelidade, impossível e inesquecível, a algo que, angústia ou mal-estar, *permanece* em sofrimento no “aparelho psíquico” da comunidade, na alma da *Pólis*. Um algo — a coisa ela mesma que a Revolução desejava — que permanece no entanto para sempre irrepresentável.

Ou seja, uma política da *apresentação negativa*, dedicada a mostrar a cada vez que toda política é de esquecimento. Política negativa da qual Maio de 68 tera sido, finalmente, o caso exemplar. (Eu entendo portanto aqui a expressão de Milner, lendo Baudelaire, a partir de Maio de 68 relido por J.-F. Lyotard.)

## 2

Do ponto de vista do liberalismo global, considerado como um sistema energético (devendo regular a entrada, a circulação, a distribuição e o escoamento dos fluxos), o deslocamento das comunidades humanas, o movimento dos ditos “fluxos migratórios”, faz parte do problema geral da mobilização de energias, obedecendo ao duplo imperativo do sistema: otimizar o seu desempenho e aumentar o ganho de mais-valias.

A energia está sempre já determinada, no caso, como *força de trabalho*, suscetível de ser mobilizada com pleno rendimento (na produção e no consumo). Ela é *codificada* de antemão como mercadoria, isto é, “ligada” ou encadeada (diria Freud) como objeto de troca, cujo papel e destino são designados antecipadamente no cenário da reprodução do capital.

Tudo o que não entra neste caso (o capitalismo mundial, de acordo com a lei do valor, é *intrinsecamente* incapaz de “integrar” toda a energia disponível), é considerado um resto, sem valor; detrito inutilizável,

inexplorável. Não contribuindo em nada para o crescimento do sistema, isso não é nada. Não há vida fora do mercado.

Contar por nada, tal é especialmente o destino de 60% da metade pobre da população mundial, cerca de 2,2 bilhões de humanos.

Os deslocamentos dessa maré montante, sem emprego, nem alojamento, nem país fixo, ocorrem num espaço quadrilhado, dividido geopoliticamente, controlado pelas agências de guarda de fronteiras como a Frontex (European Border and Coast Guard Agency), pela polícia e pelo exército. As populações em fuga, lutando para sobreviver, se defrontam com barreiras, são submetidas a triagens; muitos perecem durante a viagem ou são eliminados na chegada (só em junho de 2018, uma pessoa em cada sete que cruzou o Mar Mediterrâneo morreu).

Não são apenas as populações migrantes que são barradas: as ONGs também, que desempenham todavia um papel essencial nas operações de busca e de salvamento de pessoas; elas se defrontam com *limites* impostos aos seus deslocamentos, *recusas* de desembarcar as pessoas socorridas e *ameaças* de ações em justiça. Segundo os dados do HCR, o número dos que chegaram às costas europeias hoje, em 2018, é de cinco vezes menor (45.700) do que há dois anos; mas homens, mulheres e crianças continuam morrendo no mar *em números proporcionalmente mais altos*. Os mortos e as taxas de mortalidade fazem parte dos cálculos

da gestão das agências encarregadas de vigiar as fronteiras do mundo dito civilizado.

Mas não devemos negligenciar de outro lado, nem dissociar dessa gestão geral, a questão das fronteiras internas e a das fronteiras “intrapésicas”, subjetivas. Há migrantes internos, como se diz “inimigo interno”, inquietando interiormente, *unheimlich*. Um quadrilhado interior é suposto regular a sua circulação; bordas e muros interiores, com seus próprios dispositivos de guarda-fronteiras internos, garantindo a filtragem e a exclusão econômica e social.

Nesse quesito, a “vista” dos grandes centros urbanos do Brasil já fala por si só: muros, engradados, pedágios privados, guaritas e sentinelas particulares, circundando, separando e defendendo os territórios privilegiados contra a maré *inquietante* de pobres, oriundos da migração interna, do êxodo rural, Nordestinos, negros, desempregados, excluídos. Em torno das fronteiras paira a ameaça de conflito e de guerra.

(Não esquecer os números aterradores da Oxfam. A camada dos 5% mais ricos do Brasil têm a mesma renda que os restantes 95%; a riqueza dos seis homens mais ricos é equivalente ao que possuem 100 milhões de Brasileiros: aí reside o *mal original*, a violência primeira, a filtragem primitiva e a injustiça radical: o muro de todas as exclusões e a fonte de todas as violências.)

(Um último exemplo de filtragem em data, no caso da França, ex-país da Declaração universal dos Direitos Humanos: o novo sistema de triagem do acesso à Universidade, através da explosão das taxas de inscrição reservadas aos estudantes estrangeiros “extra-europeus” (seleção anunciada sob o slogan “Bem-vindos na França”). Sem falar da plataforma chamada *Parcoursup*, que regula doravante pela primeira vez o acesso dos secundaristas à Universidade (filtragem divulgada sob o slogan “Entrem no ensino superior”). Os decisores franceses — mas a política é européia — continuam assim a sua obra de discriminação dos estrangeiros e de desagregação do tecido social.)

Enfim, mas não em último lugar, bem ao contrário: há as fronteiras e os muros, os mecanismos de filtragem e de barragem erguidos no próprio *interior* dos sujeitos, no seu “aparelho psíquico”, e que fazem, por exemplo, que não se tolere tal estrangeiro ou tal elemento exterior, estranho, em seu ambiente habitual.

Na verdade, em última instância, o objeto desse dispositivo de barragem é esse estrangeiro desconhecido que cada um abriga em si sem saber, esse “outro pré-histórico inesquecível e inacessível”, dizia Freud, familiar e inquietante, fonte de insegurança e de angústia. Nós voltaremos aqui sobre esse ponto.

No momento, o que importa é sublinhar que essa triagem internalizada, essa intolerância visceral, estrutura um tipo específico de suje-

tividade. Na maioria das vezes ele toma a forma de uma *fobia* agressiva, violenta e cada vez mais desinibida, sem complexo ou sem vergonha: xenofobia, aporofobia, homofobia, fobia da *migrancia* ou do *mutante* em geral. Se erige assim, no próprio “interior” do *si*, como uma blindagem afetiva contra o *outro*, uma espécie de impermeabilidade, de *para-empatia* (como Freud falava de “para-excitação”).

Uma verdadeira política do ódio vem então investir e se implantar nessa disposição subjetiva. Uma política e uma pedagogia da *desolidarização*, da qual a *criminalização* da *solidariedade*, o “delito de solidariedade”, é a expressão vergonhosa, pseudo-jurídica, a mais conhecida. “A vida humana não vale um tostão, não vale um prego”: tal é no final a mensagem geral das extremas direitas europeias e, doravante, mundiais.

Elas, que estão se organizando hoje mundialmente (Bannon, Orbán, Salvini, Le Pen, etc.), lançaram juntas agora um ataque contra o Pacto mundial das Nações Unidas sobre as migrações, apresentado como um “pacto com o diabo”, continuando assim o seu trabalho de fomentar o ódio das nações (os imigrantes são posseiros, *squatters*, e delinquentes em germe, que nós, Franceses, Italianos, Austríacos, Húngaros, etc., teremos que financiar com os nossos impostos).

Ao se voltar assim contra a massa dos deixados-para-trás da mundialização liberal, a internacional das extremas direitas não deixa de trair,

no entanto, uma *angústia*, da qual ela busca ao mesmo tempo se apoderar e se servir.

Em um texto intitulado “Aviso de dilúvio”, J.-F. Lyotard prolongava o gesto freudiano consistindo em ancorar a hipótese de um “aparelho psíquico” no modelo de um sistema de energia, no caso o modelo constituído pelas comunidades humanas. Ele escreve então, aludindo à questão mundial da imigração: “É ainda a angústia da inundação de energia indiferenciada: o “sexual” desencadeado na escala do mundo humano, o dilúvio de pulsões sem saída e a submersão do sistema. Todas as barreiras opostas à maré montante trazem a marca dessa angústia: os estrangeiros, os desconhecidos, os párias, tudo o que prolifera ..., rejeitado à obscenidade da pulsão errante.”

Ora, é notável que a ofensiva das extremas direitas contra o “imigracionismo” recorra hoje à mesma imagem do dilúvio de pulsões: “Eles [os que propõem o Pacto mundial sobre as migrações] organizam a submersão *da França!*”. “Protejamos o nosso país da *submersão migratória!*”, etc. Nós compreendemos, ao mesmo tempo, que a xenofobia é, estritamente, um caso particular de *fobia*, tal como ela é descrita na clínica freudiana: um mecanismo de defesa contra uma *angústia* insistente “no interior”, ameaçadora, da qual o sujeito tenta livrar-se a qualquer custo, projetando-a em um objeto exterior (Freud observa, aliás, que o nome grego *xénos* traduz o termo alemão *Unheimliche*). No caso da *xenofobia*, esse objeto substituto servirá de bode expiatório.

(A mesma análise vale em princípio para a *homofobia*; a obra freudiana está repleta de ricas indicações a esse propósito.)

É nessa subjetividade profundamente intolerante e endurecida que um certo núcleo *fascisante* ordinário toma consistência. A sua expressão canônica é a declaração, no presente do subjuntivo: *Que morram!* (*que se danem!*, etc.).

Nós a ouvimos no Brasil “religioso” de hoje, a propósito dos pobres, dos negros, dos Nordestinos, dos homossexuais; nós a ouvimos na França, e na Europa, por toda a parte, a propósito dos imigrantes, dos estrangeiros, dos desempregados; e nas redes ditas sociais, cada vez que um site procura levantar a questão da “solidariedade internacional”, e que é apedrejado e ameaçado selvagememente pelos internautas em cólera. A declaração pode ser modulada diversamente, entre os habitantes de um vilarejo da Europa profunda, nas palavras de tal ministro da América do Norte ou no seio da boa família. Ela confessa ou trai sempre um ódio obscuro e criminoso. Ela dá de ombros para a proibição bíblica, categórica: *Não matarás*, que ela insulta, sem complexos. Banalização do mal. Aí reside a barbárie. “Le monde va finir...” de Baudelaire.

Na verdade, o *eles* em questão, na proclamação *Que eles morram!*, pode designar no limite qualquer *alteridade* ou *diferença*, incluindo a de um colega, de uma amiga ou de um parente, que seria suspeitado de

repente de ser um *outro*. No Brasil, os exemplos dessa paranóia fascizante estão proliferando hoje.

20 de outubro de 2018: durante a manifestação de milhões de mulheres no país e no mundo todo, em torno da palavra de ordem “Ele Não!” — no momento em que a população brasileira estava prestes a eleger para a presidência da República um ex-capitão notoriamente desqualificado, apologista da delação e do crime contra a humanidade (a tortura de Estado) —, duas mulheres imploram publicamente, em lágrimas, desesperadamente: “Mãe, não me entregue ao torturador!”

Imbricação terrível da política e da intimidade, mediatizada pela fascização em andamento no Brasil que, agravando a destruição do tecido social, penetra nos confins do vínculo íntimo entre mãe e filha.

Quando a *vox populi* se fasciza, ela está pronta para plebiscitar obscuramente as figuras ditas “anti-sistema”, para escolher a via do “fascismo democrático”. Para votar, em suma, contra ela mesma.

### 3

Eu não queria fechar estas observações sobre a fascização atual sem dizer uma palavra sobre a resistência que ela exige hoje. Essa resistência passa, é claro, pelo fio de Ariadne, evocado aqui no começo. O que

equivale a dizer que o que sofre, em nosso destino atual, é o “sujeito”, isto é: a questão da forma que convém dar à sua vida e à sua conduta. O que supõe a elaboração da relação de si consigo mesmo e portanto com o que, *em si*, é o *outro* de si. Primeiro e último ponto de resistência ao poder político, dizia Foucault nos últimos anos.

Para me explicar de outro modo, eu vou me apoiar aqui sobre uma resolução célebre J.-P. Vernant. “A verdadeira coragem”, escreveu ele, “é, dentro de si mesmo, não ceder, não se inclinar, não desistir.”. Fórmula que nesta generalidade, não seria desmentida pelo pensador do *Courage de la vérité*, nem pelo Lacan de *L'Éthique de la psychanalyse*, por exemplo (“Não ceda quanto ao seu desejo”), ou o Barthes do *Neutre*. (Ao passo que a “máxima” contemporânea, que os políticos profissionais têm sempre à boca, diz ao contrário: “Todo homem tem o seu preço”.)

Mas não ceder quanto a nossa razão de ser, quanto a elaboração de si mesmo, requer justamente um exercício, um *trabalho*. Após Gide, Barthes define esse trabalho como sendo essencialmente o da cinzelagem da língua. Essa cinzelagem, é o que se chama de escritura. “Viva de acordo com as nuances que a literatura lhe ensina.” (*Le Neutre*, 37.)

Trabalho decisivo, sobretudo quando a língua hoje — que as mídias moldam amplamente — está se tornando inerte, estereotipada, um lugar de esquecimento e de capitulação, de sujeição. E por conseguinte,

solo fértil para a fascização. (A língua crassa das novas figuras da fascização da “democracia”, feita de oposições grosseiras e de simplificações lamentáveis, é precisamente a língua dos “destruidores de nuances”.)

Eis porque, em suma, a busca de um fio permitindo nos orientar através do labirinto das ameaças contemporâneas, implica mais do que nunca o recurso à “literatura”, isto é à obra de arte, de escritura e de pensamento.

Em particular, a escritura, por cizelar as *nuances*, trabalha a subversão dos sistemas de grossas oposições herdadas (identidade/diferença, interior/exterior, íntimo/estrangeiro, si/outro, normal/anormal...), problematiza as fronteiras e delimitações inculcadas, faz vacilar as significações estabelecidas.

Enfim, a escritura para contrariar, desmontar, dissolver toda crispção *fóbica* e fascizante (“nós”/“eles”). Ao invés de se defender patologicamente contra a angústia desse “estranho em casa”, esse *outro* que em si é estrangeiro a si, convém aprender a escutá-lo, acolhê-lo, dar-lhe asilo, hospitalidade, expor-se à coisa. É o que fazem por excelência os escritores, artistas, pensadores, que são nesse sentido os sem-fronteiras, por definição.

Um exemplo apenas, concernindo diretamente ao assunto que nos ocupa e nos preocupa aqui: a composição minimalista de Gavin Bryars,

*Jesus' Blood Never Failed Me Yet*, para fita pré-gravada e orquestra de cordas e metais (1971).

Um velho errante abandonado, migrante, sem-teto, sobrevivendo através das ruas insalubres do bairro de Elephant and Castle em Londres (o mesmo onde Chaplin passou a sua infância miserável), *homem infame* (Foucault). Ele cantarola pelas ruas um refrão espiritual. O cântico é gravado num pedaço de fita magnética. O *rush*, o ensaio, inutilizado e fadado a ir para o lixo, aterriza entretanto na mesa de um músico contemporâneo.

Gavin Bryars tesouriza restos; ele acolhe o residuo fortuito, escuta-o e se põe a trabalhar na cantilena do sem-teto *desconhecido*, cuja vida não conta por nada no mundo contemporâneo.

Sua arte de *chiffonnier* consistirá em compor uma orquestração para cordas e metais, cujo objetivo será o de acompanhar simplesmente o retalho, tão delicadamente quanto possível, magnificar o resto, celebrar o resíduo como a mais preciosa pérola.

A escritura transpõe assim uma série de limites (entre arte e não-arte, erudito e popular, superior e inferior, grandeza e miséria...) e dá abrigo ao desabrigado, asilo ao ser desamparado, hospitalidade à sua cantilena.

Eu não posso entrar aqui na análise da composição da obra. Me contentarei apenas em ressaltar que, ao operar essa transposição, a sua escritura nos dá a ver, a ouvir o *homeless* salmodiar o seu refrão, recomeçando eternamente o jogo da melodia entre tensão e relaxamento, esforço e repouso — mas mostrando-o não no espaço e no tempo, mas *com* o espaço e o tempo. Sobre o pano de fundo do espaço e do tempo, por assim dizer.

A composição apresenta a cantilena do ponto de vista ou de escuta “de fora” ou “de cima” (como se dizia nas escolas pós-socráticas da Antiguidade, em referência ao exercício espiritual chamado “olhar do alto”, que reencontraremos nos Modernos, em Pascal, em Nietzsche, em Wittgenstein). Ou ainda: do ponto de vista ou de escuta post mortem. Em outros termos: a escritura da orquestração apresenta, *a posteriori*, “Jesus’ Blood” entoada à *capela* por um sem-teto — sobre fundo de eternidade, *sub specie aeternitatis*.

Daí o profundo e extraordinário *sentimento da existência* que emana da peça musical. Estupefação e melancolia infinitas. Beckett não está longe.

A obra reclama imediatamente um sentimento estético — seria preciso escrever aqui: *estético-ético*, numa palavra só, como em francês, com dois h: *esthétique*<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> É o que propõe Philippe Lacoue-Labarthe no seu estudo “De l’*éthique* : à propos d’*Antigone*”, sobre a leitura da peça de Sófocles por Lacan na *Éthique de la psychanalyse*, onde se trata de elaborar uma ética anterior ao discurso da filosofia, a partir do teatro trágico.

Esse sentimento é o esboço de uma subjetividade “estética”, em estado nascente, da qual um componente fundamental é justamente um senso da *solidariedade*. Esta é função dos limites, das barreiras derrubadas pela obra ao acolher o sem-teto e sua cantilena, assim como do *sentimento da existência* que ela suscita: o reconhecimento sensível de sua humanidade no outro evidencia a nossa condição, demonstra que nós partilhamos um mesmo mundo comum.

Essa subjetividade é incomensurável, portanto, às figuras subjetivas hegemônicas engendradas pelo mundo contemporâneo (nestes tempos de aversão fóbica e criminoso ao outro, de “*Let them die*”).

O instante desse sentimento estético-ético não pertence à temporalidade do mundo contemporâneo; ele é absolutamente heterogêneo à estrutura desse mundo.

Em boa doutrina kantiana, esse sentimento implica igualmente a *promessa* de uma comunidade “estética”, sensível, sentimental, na qual ele seria universalmente compartilhado.

Trata-se portanto de uma subjetividade “estética” que não apenas opõe enquanto tal uma resistência a esse mundo, mas sinaliza ainda para

---

Como se poderá inferir das presentes observações, elas se inscrevem na perspectiva da hipótese segundo a qual, só haveria ética apoiada numa estética. Que o que está em jogo com a estética é a ética, essa já era a tese do Kant da Analítica do sublime, que nós reencontraremos *mutatis mutandis* em Wittgenstein.

um *outro* mundo possível: aberto à vinda do *evento*, que é a alteridade na ordem do tempo, voltado para a hospitalidade, receptivo ao que é estrangeiro.

O que eu quero dizer é isto: que aconteça que um *rush*, um retalho, um resto — a gravação de 26 segundos de uma *voz* abandonada, a voz de um noctambulo sem-teto e anônimo, cantarolando *para nada* — aterrixe por acaso na mesa de um músico; que este a escute e faça desse resíduo uma peça musical, celebrando-o sobre fundo de eternidade; que esta obra seja, por sua vez, interpretada por uma orquestra, prestando homenagem à voz ínfima, um tributo pleno de respeito (a *Achtung* kantiana) pelo homem infame, sem nome, nem nada — eis um momento absolutamente não previsto, o evento de um encontro improvável (onde estética e ética se reúnem), pura solidariedade, um instante de *graça*, subtraído ou roubado do tempo contábil do sistema contemporâneo.

Eis um momento prodigioso no seio da miséria, que faz exceção à regressão geral; um excesso no bojo da horizontalidade do sistema atual, na lei do qual os homens estão presos; um ponto *real* que vem *trouer*, abrir uma brecha na “realidade” ordinária das *fobias* em circulação, brechar as suas muralhas, suas delimitações, dissolver os seus ódios.

A vida, como a verdade, é o que acontece quando se esperava outra coisa. O tempo futuro, o devir, é por definição indeterminável (não obstante o que crêem os doutrinários e programadores de toda espécie).

Eis o que impede então de universalizar a verdade da proposição a respeito do caráter fundamentalmente hostil desta “carniça de planeta”: isso não diz tudo, essa verdade não é toda. *Terra ingrata*, certamente, mas não totalmente.

### **Post-scriptum ascético**

Os textos de Clarice Lispector realizam exemplarmente, na língua portuguesa, o trabalho de guerrilha sutil, evocado e reivindicado aqui.

(À condição, evidentemente, de não fazer um uso indigno deles — academico, mundano, decorativo em blogs, etc. —, mas de compreender que se trata aí de exercícios espirituais, exigindo uma verdadeira prática de si.)

Eles constituem um modelo precioso de tentativa de acolher o *outro*. Experiência que a escritura chama de *aproximação*.

A aproximação é subversão de uma fronteira precisa, instituída no espírito (na “alma”, escreve Clarice): a barreira “interior” que pretende separar o próprio, idêntico a si, do que lhe é estrangeiro, outro. O essencial está contido, concentrado, na advertência que abre *A paixão* segundo G.H.: “a aproximação, do que quer que seja, se faz gradualmente e penosamente — atravessando inclusive o oposto daquilo que se vai aproximar”.

A aproximação de si passa por isso que, em si, é o *outro* de si. Isso de que muitas vezes, *habitualmente*, não se quer saber nada, objeto de esquecimento, de forclusão, de fobia. Daí um esforço atromentado para acolher o que entretanto repugna à primeira vista, oscilando como num abalo entre a aproximação e a repulsão.

Assim, por exemplo, a barata na *Paixão*. Mas na verdade, tudo o que é informe, disforme; insetos, ratos, galinhas, párias, indigentes... Como o sem-teto de Bryars, ou o Worm de Beckett, ou os “animais estranhos” de Kafka, ou ainda os ratos e lobos da infância ou da psicanálise.

Esses seres “errados” exercem todavia uma atração sobre a escritura: é através dessas figuras que “a *coisa* vem” e a escritura se “inspira”. “Só o errado me atrai...” (confessa a narradora de *Água Viva*). De onde vem essa força obscura do que é habitualmente tido por malfeito, defeito, defecção?<sup>3</sup>

Isso exige em todo o caso um trabalho sobre os *limites*, e no *limite* da arte, à beira do abismo — onde o disforme resiste à forma, impele ao fracasso e deixa adivinhar, por isso mesmo, o impronunciável. O feio, o repugnante, que estão sempre associados à ameaça e traduzem uma angústia na ordem estética, são um índice disso que resta inexprimível, uma

---

<sup>3</sup> Eu tive a ocasião de tratar essa questão em “O impronunciável. Notas sobre um fracasso sublime”, publicado na revista *Remate de Males: O impronunciável: Notas sobre um fracasso sublime* | Prado Jr ... Retomo nestas linhas uma passagem desse ensaio. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636558>

figura negativa do *outro*, infigurável. Um *analogon* sensível do “escuro em nós”, é dito em Mineirinho.

É importantíssimo ver que esse trabalho é uma ascese, a qual, enquanto tal, exige do leitor, da leitora, uma ascese equivalente.

Essa “estética” da escritura sublime implica, engaja uma ética: uma elaboração ou reelaboração da forma de conduzir a sua vida, de maneira que ela seja digna de ser vivida. Nos tempos que correm, esse exercício de si sobre si mesmo tem um alcance político crucial.